



## Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 3, jul./dez. 2017

ISSN. 2317-0352

---

### TRAJETÓRIA HISTÓRICA PARA O SURGIMENTO DE UM PARTIDO DE MASSAS NO BRASIL: as regras institucionais que moldaram os movimentos

*Luan O. Lima Azevedo<sup>1</sup>*

*Jessica Leme Santos<sup>2</sup>*

#### Resumo

O artigo propõe esboçar uma trajetória histórica dos movimentos e organizações de classes trabalhadoras e operárias que buscavam representação política no Brasil entre os séculos XIX e XX. Em um segundo momento, serão contrapostos, alguns pontos sobre a construção dos movimentos que foram tratados por historiadores e sociólogos ao longo da história política brasileira, reunindo trabalhos de intelectuais sobre os diversos tipos de movimentos, abordando desde as origens até os obstáculos encontrados para a não concretização de um partido político formado pela massa da população. Para tanto, partimos da seguinte hipótese: Quais são os limites impostos que fazem com que um partido de massa não consiga se estabelecer no século XIX e meados do séc. XX no Brasil? Os principais indícios encontrados, considerados como resposta a tal questionamento, inserem-se justamente nas oscilações políticas e na força inquestionável de organismos oligárquicos que confrontavam e oprimiam insistentemente as organizações populares. Por último, de forma ampla, serão destacadas considerações sobre o percurso histórico desde os movimentos mutualistas, até o Partido dos Trabalhadores (PT), destacando seus efeitos e limitações.

**Palavras-chave:** Partidos políticos. Brasil. Movimentos de massas. História.

### HISTORICAL TRAJECTORY FOR THE DEVELOPMENT OF A MASS PARTY IN BRAZIL: The institutional rules that molded the movements

#### Abstract

This article aims to outline a historical trajectory on the movements and organizations of work and working classes which sought for political representation in Brazil between the nineteenth and twentieth centuries. Then some points about the construction of movements that were treated by historians and sociologists throughout Brazilian political history will be contrasted, bringing together works of intellectuals about the different types of movements, ranging from the origins to the obstacles encountered for the non-implementation of a political party formed by the mass of

---

<sup>1</sup> Graduação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Contato do autor: [luanlim@gmail.com](mailto:luanlim@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Professora da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Contato da autora: [jessik.leme@hotmail.com](mailto:jessik.leme@hotmail.com)

the population. To do so, we start with the following hypothesis: What are the imposed limits that make a mass party unable to establish itself in the nineteenth and mid-twentieth centuries in Brazil? The main clues found to be a response to this question are precisely the political oscillations and the unquestionable strength of oligarchic organisms that confronted and overwhelmingly oppressed popular organizations. Lastly, in a broad sense, we highlight some considerations on the historical path from the mutualist movements to the Workers' Party (PT), highlighting their effects and limitations.

**Keywords:** Political parties. Brazil. Mass movements. History.

## Introdução

No âmbito das correntes historiográficas há quase que um consenso – guardados os devidos detalhes – de que a formação de um Estado, pela forma compreendida ao nascer da Revolução Industrial, fora a instauração de um modelo burguês. Apesar dos ideais de igualdade jurídica, percebemos que ao final do séc. XVIII, diversos questionamentos foram levantados e adversidades criadas entre os trabalhadores operários e seus empregadores, donos de fábricas, gerando como consequência a compreensão da necessidade da participação das classes operárias na política institucional, da qual naquele momento era quase que ilusória.

Na Inglaterra, berço da indústria mundial, nas primeiras décadas do séc. XIX, revoltas começaram a ocorrer com certas constâncias. O Ludismo<sup>3</sup> e o *Cartismo*<sup>4</sup>, fizeram com que os trabalhadores se juntassem em busca de direitos políticos para melhoria de suas próprias condições de trabalho. De forma geral, o aumento e a organização das vozes fez com que o sindicalismo se fortalecesse ganhando expressão pública frente ao Estado Democrático de Direito Inglês e posteriormente formando um partido de massas em 1900. Robert Michels, reconhecido sociólogo dos partidos políticos, resgata uma importante síntese em sua obra ao se referir a organização das classes, da qual nenhuma organização aspira a realizar um conjunto de reivindicações sem se organizar (1982, pp.15).

---

<sup>3</sup> Em inícios do século XIX surgiu, como vimos, o *ludismo* ("os destruidores de máquinas"), movimento que se insurgiu contra as profundas alterações trazidas pela Revolução Industrial. As reclamações contra as máquinas e a substituição que elas faziam da mão-de-obra humana eram normais. Mas foi em 1811, na Inglaterra, que o *movimento* estourou, superando o nível da revolta espontânea e local, e ganhando dimensão significativa e nacional. O seu nome derivava de Ned Ludd, um dos líderes do movimento. Ned Ludd, em Nottingham, desesperado, destruiu uma oficina têxtil. (COGGIOLA, Osvaldo. p.40, 2015).

<sup>4</sup> Movimento Político reformista, formado por trabalhadores de fábricas da área industrial de Londres, Inglaterra, que ocorreu entre 1837 e 1848. O nome do movimento se dá em função da redação da Carta do Povo, que continha um programa de mudanças nas condições de trabalho atual.

No Brasil, um país de contexto histórico totalmente diferente se insere na trajetória da criação desses movimentos de maneira particular. Tendo em vista a vocação agrária fortemente impregnada na sociedade e outros fatores políticos/econômicos que fizeram com que qualquer união de trabalhadores dissociasse daquelas encontradas na Europa.

Através das histórias de diversas lutas de trabalhadores pelo mundo, podemos perceber que uma das dificuldades em se formar organizações de massa no Brasil foi ocasionada pela hegemonia das oligarquias, as quais sempre estiveram presentes dentro da política nacional. Como objetivo geral desse trabalho, do qual se encontra com a nossa história política, pretende se reconhecer os motivos e a demora para o surgimento de um partido de massas através do estudo de autores e intelectuais que se debruçaram a entender os movimentos em períodos decisivos dos ensejos populares. Os períodos a serem analisados nesse trabalho permeiam o início de nossa República (1889) até o desfecho do Regime Militar (1980).

Para que possamos entender como se formavam os partidos no Brasil é preciso primeiro diferenciar Partidos de Massa de Partidos de Quadros, pois isso ajuda a entender a formação social representativa, conceito criado por Maurice Duverger (1950). O partido de Quadros se torna mais comum, pois as pessoas que fundavam este tipo de partido tinham mais tempo e dinheiro para atuar na vida política, usualmente se destacavam empresários e rentistas. Só após o sufrágio se tornar realmente universal é que houve a possibilidade da formação dos partidos de massas, especialmente com o desenvolvimento do sindicalismo que grande parte da população percebeu que sem uma forte organização não haveria como conseguir a participação política desejada e atingir seus objetivos e reivindicações.

Os períodos destacados nesse artigo levaram em consideração o fato de terem sido menos evidenciados em outros trabalhos acadêmicos que tratavam da mesma temática. Deve se levar em conta as preferências tomadas nesse artigo, lembrando um grande filósofo, físico e matemático francês, René Descartes, ao proferir sobre a leitura de todos os bons livros. Trata-se de uma conversação, todavia, há dois obstáculos a se fazer nessa afirmação, o primeiro se insere no que se tornaria demasiadamente exaustivo mapear uma abordagem historiográfica.

A segunda barreira encontrada está no trabalho desenvolvido pelos historiadores que nas últimas décadas tem se utilizado da história oral em larga escala, onde buscam obter relatos autobiográficos e depoimentos, podendo cruzar com a armadilha da “Ilusão biográfica”, sugerida no artigo publicado por Pierre Bourdieu em 1986, da qual o pensador francês alertou para entender as transformações de um determinado momento confrontando com outros indivíduos. O que

também nos levaria a questionar o que seriam bons livros, afinal, todo texto se torna datado e em detrimento de interpretações ao ser analisado seu contexto histórico filosófico e político, como descrito pelo grupo de historiadores Marxistas Ingleses, Hobsbawn, Hill, Hilton, Thompson e outros (1946).<sup>5</sup>

Com isso, o caminho que se pretende trilhar nesse estudo é o da necessidade de escolher, algo do modelo historiográfico proposto por Thomas Kuhn (2005), e que todas as limitações por escolhas eventuais serão consideradas parciais, pois tentam unir a política com a história na construção de abordagens sobre o tema proposto: O surgimento de um partido de massas no Brasil.

Em síntese, esse artigo tem uma divisão pragmática, da qual podemos elencar da seguinte forma: Antes da República, com um Brasil pouco evoluído economicamente; Período Republicano até o governo Getúlio Vargas; e a República populista, entrando na criação de um partido efetivamente de massas em meio a Ditadura.

## UM BREVE PASSEIO NAS ORIGENS POLÍTICAS: O BRASIL E A OLIGARQUIA

O economista e ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser-Pereira, em suas publicações em livros e artigos, costuma sempre repetir a afirmação de que o Brasil não nasce nação e sim torna-se ao longo do tempo (2014). Essa interpretação desenvolvimentista cai como uma luva ao vermos a trajetória política/econômica do Brasil da independência até a primeira república (1822-1889).

Fazendo uma recapitulação periférica, voltando alguns anos ao “achamento”<sup>6</sup> do Brasil, percebemos que tal evento não provoca nenhum entusiasmo ao Rei Dom Manuel (1469-1521). Logo nos primeiros anos de existência, nosso país começa a ser explorado como uma ilha em seus primeiros dois séculos e meio. Com intuito apenas comercial, arrendando primeiramente o monopólio do Pau-Brasil, passando pela mão-de-obra escrava da cana-de-açúcar, até o período do ouro, todo o processo foi produzido apenas com o ideal econômico português de colonização exploratória. Somente em meados do séc. XVIII, é que ocorrem as primeiras divergências entre coronéis e os administradores das capitanias hereditárias, e o próprio medo de Portugal perder suas Colônias, faz com que o Estado português seja um estado absolutista para possuir o controle de

---

<sup>5</sup> Conjunto de historiadores e intelectuais do Partido Comunista Inglês composto por intelectuais e militantes políticos logo após a Segunda Guerra Mundial.

<sup>6</sup> Termo cunhado pelo professor por Boris Fausto.

tantas desavenças, vide a Inconfidência Mineira e as milícias de pardos e pretos em Pernambuco (SILVA, 2013). Parafrazeando Bresser-Pereira, o Brasil já tinha suas linhas demarcadas, um sistema de leis, mas não tinha um povo, não havia uma massa.

Para iniciar delineando o império Brasileiro, da qual seu princípio é a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil (1808), deve-se elucidar onde se situavam a população deste período.

Além de todo instrumental analítico que conhecemos sobre o modelo da força do rei sobre toda a população, se faz necessário abranger outros pontos institucionalizados na sociedade. Grande parte da historiografia e dos sociólogos brasileiros que levaram suas produções intelectuais a fundo sobre esse momento costumam entrar em acordo que as raízes estruturais das organizações no Brasil era a Família (CARVALHO, 2005; DA MATTA, 1978). O Antropólogo Brasileiro, Roberto Da Matta (1978), elabora o princípio sobre tal época, reforçando que a família era basicamente a única instituição para a vida social, da qual, aqueles que não fizessem parte de uma, seria renegado socialmente. Em outras palavras, podemos concluir que o bem-estar social estava intimamente ligado ao pertencimento ao meio familiar.

Para entendermos melhor devemos recorrer a outro intelectual, de acordo com o sociólogo Jessé de Souza<sup>7</sup>, um dos autores de maior complexidade que possuímos sobre as interpretações da sociedade brasileira, Gilberto Freire, afirma que a família patriarcal era simbolizada pelo chefe de família. Essa figura representava todas as responsabilidades e punições, pois ao mesmo tempo em que era o senhor das terras e escravos, “era autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até El Rei a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular nos seus territórios” (1957, pp. 17-18).

Em razão dessa instituição familiar, esse modelo proporcionava uma dispersão para outros âmbitos sociais. Richard Graham, expõe em sua tese que os chefes e senhores de terra tinham uma forte subordinação sobre os pobres e conseguiam conter em suas mãos todas as forças públicas também, já que “os homens de posses asseguraram que eles mesmos, ou amigos seus, ocupassem cargos de poder em todos os níveis do aparato governamental” (1990, pp. 67). Apesar de possuir uma visão confrontante sobre o período do império brasileiro, o também historiador, José de

---

<sup>7</sup> Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira, Jessé Souza (2000). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702000000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702000000100005)

Murilo de Carvalho, destaca que com essa força absoluta dos senhores da terra, a consequência para a representação política se construía apenas entre os aristocratas:

Esses aristocratas, sobretudo os que chegavam a postos de gabinete, eram na maioria pessoas que viviam de rendas, da terra, ou de investimentos. Isso lhes proporcionava o ócio necessário para se dedicarem a lazeres diversos, entre os quais as atividades políticas. A política para eles não era vocação nem profissão, pois raramente dela dependiam para sua subsistência material (2003, pp. 29).

Nessa linha de investigação, se comprovam que diversos especialistas abordam a origem aristocrática dos cargos políticos (MARTINS 2006; BASILE 2013; NEVES 2003;) oferecendo réplicas para entender o afastamento dos trabalhadores no período monárquico para a criação de uma organização política.

Um dos primeiros pesquisadores a se interessar por partidos políticos, Vamerih Chacon, registra que os partidos, termo malvisto na época, tal como facções, eram apenas uma forma legal de formalizar a dominação patriarcal (1981, pp. 23). O autor ainda conduz seus estudos sobre os partidos políticos no império, dizendo que, “Numa sociedade, que levava o patrimonialismo ao extremo do escravismo, sem povo no sentido de maioria livre, ser liberal radical implicava praticamente em suicídio” (1981, pp. 25). Chacon (1981), apesar de estudar apenas os partidos como instituições, chega a resultados sintonizados com a premissa patriarcal brasileira apontada por sociólogos e historiadores.

Outro historiador de grande importância para entender as barreiras criadas para a organização de massas é Caio Prado Júnior. Em seu livro lançado em 1957, *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*, Caio Prado Júnior teoriza que a própria independência do Brasil poderia ser marcada em 1808 ao invés de 1822, pois, com a chegada do Rei de Portugal, a criação de órgãos começam a suprimir a deficiência do Brasil quanto Estado e a transformá-lo em país, como exemplo, o Banco do Brasil (1994, pp. 70). Entretanto, os serviços só serão disponibilizados a uma pequena parcela letrada e da elite brasileira.

Também de acordo com o autor, Caio Prado Júnior em sua principal obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*, o povoamento do Brasil se institui de forma irregular e de distribuição desigual, em sua maioria, espalhados pelas fazendas, já que a economia brasileira, pós chegada de Dom João VI, fora para atender exclusivamente interesses europeus comerciais agrários e certificar seu povoamento no território (1972, pp. 106). Podemos sintetizar que a forma encontrada para marcar território foram as terras doadas para a elite portuguesa e brasileira com agricultores espalhados pelo interior do Brasil. Nota-se claramente outra dificuldade até meados do séc. XIX,

para a organização da classe de trabalhadores agrícolas: a distância e o rodízio dos trabalhadores nas fazendas. A forte insatisfação quanto a formação do Brasil, caracterizado pela família patriarcal, fará eclodir diversos descontentamentos dos povos cansados com a força dos administradores de províncias, “Não era melhor a situação nas províncias. No Pará, no Maranhão, na Paraíba e em Pernambuco são depostas as autoridades” (1972, pp. 107). Pouco foi descrito sobre essas revoluções, porém, com o sentimento mútuo, já faria significativas deposições e perdas políticas contabilizadas para o Imperador Dom Pedro II durante e pós o período regencial (1831 - 1889).

Emprestando as palavras de Fernando Uricoechea (1976), que agrupa e resume os problemas do império brasileiro, centrado nas orientações dos dois poderes desse período, da qual de um lado existe um poder privado, quase que de natureza feudal, e de outro a política na corte que era mera imagem da extensão dos senhores do campo e não passava de “uma estrutura enganosa” (p. 25).

Ao considerarmos essas questões podemos relacionar essa forte estrutura patriarcal sem deixar de lembrar que as famílias acabam controlando as máquinas partidárias no Estado Brasileiro (OLIVEIRA, 2012), oligarquizando o sistema partidário e se tornando um obstáculo para que novos partidos disputem o poder no cenário, principalmente partidos sem muitos recursos. Essa detenção do controle partidário, influencia o eleitorado e controla o cenário político. Parafraseando Gilberto Freyre, a família patriarcal é a dominação primeira do Brasil que se conserva até hoje.

Em outras palavras, podemos resumir que além do Brasil ainda não ter um capitalismo instalado, imprescindível para qualquer tipo de desenvolvimento organizacional (MICHELS, 1980), como exemplificado na Inglaterra, também há um sistema oligárquico que impossibilita qualquer formação. Estudos anteriores a implantação da República no Brasil, já demonstram ser nula qualquer forma de participação social (CARVALHO, 1990; 1998). Então, dita-se que havia no país uma corrente intelectual que defendia a força oligárquica como causa principal para impedir a formação de uma organização popular.

## O INCONFORMISMO COM A OLIGARQUIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA FENDA PARA OS TRABALHADORES

A derrocada do Império Brasileiro não surtiu muito efeito para que houvesse um claro entendimento de qual via poderia ser escolhida para um regime bem-sucedido, só demonstrando que não havia uma voz para o povo, e que sequer, a representatividade popular estava longe de

ocorrer em uma sociedade que se matinha oligárquica. O livro intitulado *A República que não foi*, traz dados e achados sobre o início de uma República condenada a ter a mesma elite governante que anterior ao início Republicano (1889).

Desde sempre o Brasil se torna a jabuticaba,<sup>8</sup> pois a República do Brasil foi o resultado de um golpe militar, sem nenhuma participação popular ativa para a instauração de uma nova República que ocorreu através de um acordo entre as classes médias, que em sua maioria eram fazendeiros e militares (CARVALHO, 2005).

Para melhor entendimento podemos dividir esses dois ganhos de força política da seguinte forma:

1. Os fazendeiros haviam começado a ganhar força política pois o café se tornou principal produto de exportação. Todavia, o que retrata realmente essa força foi a união dos exportadores de café, principalmente na região de maior produção: Minas Gerais e São Paulo, em outras palavras, a conhecida política café-com-leite.
2. Os militares ganharam visibilidade política após ganharem a Guerra do Paraguai. Outras pequenas ações trouxeram voz aos combatentes, como a Revolta da Armada em 1893, e a contenção contra a população no início do séc. XX (CHACON, 1981, pp. 57). Os efeitos dessas atuações foram a representação do governo pelos militares, já que o esvaziamento dos partidos, também oligárquicos, da era imperial havia ocorrido, e as classes patrimoniais ganhando força e pedindo apoio aos quartéis (*Idem*, pp. 57). Outro fator é que o exército representa a única forma de ascensão social instalada no Brasil, para sair da pobreza e chegar a classe média, O Movimento do tenentista representa isso, uma forma democrática, com coalizões sindicais que desempenham um papel progressista. “Programa de classe média, igualmente longe de extremos burgueses e proletários” (SANTA ROSA, pp. 81).

Pouco havia do que podemos chamar de interesse nacional, já que as eleições, das análises feitas da época que temos nos dias atuais, serão ainda fraudadas e a maioria dos analfabetos e mulheres não tinham direito a voto.

---

<sup>8</sup> Fruta produzida apenas no Brasil. Jargão comumente utilizado por cientistas políticos ao se referir aos acontecimentos em que não há exemplos no resto do mundo.

Para entender os movimentos populares da Primeira República deve-se colocar a revolução burguesa em primeiro plano. Florestan Fernandes (1975), em sua obra *A Revolução Burguesa*, visualiza o nascimento do sistema capitalista como uma estrutura separada da história. Com um arcabouço cheio de resquício do imperialismo brasileiro, essa estrutura não oferece ascensão, pelo contrário, a sociedade brasileira torna-se dominada. Para fim de conceituação, nesse aspecto vemos que a Primeira República fortalece a revolução burguesa, iniciada no Império, conduzindo o Brasil a uma transformação capitalista, porém, suas estruturas não propiciaram uma revolução democrática de força nacionalista.

Apesar de seu artigo gerar muitas críticas em torno da separação das articulações econômicas e dependências, Florestan Fernandes teria certa razão ao olhar para as decorrências desses fenômenos estruturais, pois os indícios disso poderão ser percebidos com o alvoroço da população, principalmente os operários.

Em 1890, já havia o primeiro Partido Operário, porém, lhe faltava legitimidade e representação política, já que os trabalhadores eram rechaçados pelo estado. Os únicos defensores que sobravam de uma elite burguesa que se colocava a defender os trabalhadores representavam menos de 10% dos políticos e eram os conhecidos letrados, ou seja, jornalistas e professores. Podemos determinar que ao figurar a construção desses movimentos, devemos olhar para a abordagem de suas reivindicações. Em primeira análise os movimentos ocorrem por parte dos trabalhadores europeus que chegaram ao Brasil com bagagem de organização trabalhadora (BATALHA, 2000, pp. 8). Apenas no séc. XX, e após muitos congressos nacionais e discussões em torno de seu apoio, o movimento operário começa a atender e participar de revoltas e greves (Revolta da Vacina, 1904; Greves: RS em 1906, Greve Ferroviária em 1906, greve pela jornada de oito horas em SP, 1907, assim como em 1909, 1912 e 1913).

A Grande Greve de 1917 veio a incidir devido a uma enorme insatisfação dos trabalhadores. Uma grande quantidade de estudos aborda essa linha de investigação (BODEA, 1979; LOPREATO, 1996), trazendo à tona os diversos fatores e composições que auxiliaram a construção da greve, conhecida como Greve Geral:

1. Através de um forte processo de politização, os operários começaram a reivindicar certos direitos. Trabalhadores que imigraram para o Brasil foram um forte elemento de fusão para associar as ideias anarquistas em sua organização.

2. As reivindicações pediam o mesmo que na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, teriam chegado a um acordo, tal como jornadas de trabalho de 8 horas com fins de semana livres; aumento de salário proporcional aos operários; sem atraso aos pagamentos; entre outras.
3. Mais um componente externo auxiliou a união dos trabalhadores. No início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil se tona um dos principais exportadores de suprimentos, fundamentalmente se falando de alimentos. Todavia, isso fez com que a oferta de mantimentos internos sofresse uma inflação, contando ainda que o salário dos trabalhadores não teve aumento proporcionalmente aos valores da inflação, respectivamente representando um acréscimo de 71% aos salários e chegando a 189% nos alimentos.

Esse período deve ser marcado para os movimentos dos trabalhadores como modelo de pacto para garantir seus direitos e participação da política representativa. O efeito das greves foram o aumento imediato de salário, porém, a vitória que reconheceria os operários, que antes eram proibidos de se associar a movimentos, foi sua legítima forma de união.

Da mesma forma como ocorrera no império, os partidos políticos pouco ajudavam, ou pior, os governos e seus partidos favoreciam cada vez mais os “coronéis” locais. O voto ainda permanecia sendo fraudado e os latifundiários ganhavam mais poder (BRESSER-PEREIRA, 2014, pp. 93).

Outro momento culminante que reduziu drasticamente as forças das massas foi o Tenentismo<sup>9</sup>. Um dos fenômenos políticos que fez a burguesia, os militares e servidores públicos de alto e médio escalão fizessem um pacto político civil e partilhando uma ideologia burguesa, também advinda da velha oligarquia. Isso ocasionou uma forte subordinação dos trabalhadores as reformas que balançaram a Primeira República na Década de 20 tornando o Brasil não mais um país atrasado, mas sim subdesenvolvido (FURTADO, 1961 *in* BRESSER-PEREIRA, 2014, pp. 100).

---

<sup>9</sup> O movimento Tenentista pode ser inserido no conjunto de manifestações políticas da década de 1920. A particularidade da luta dos tenentes foi o fato deles terem conseguido chamar a atenção de todo o país, particularmente, a partir do levante de 1924. A meta do movimento era causar transformações amplas no modelo de Estado vigente durante a Primeira República. Mais do que uma disputa de caráter provincial, o ideário Tenentista pretendia combater os “vícios e desvios” criados pelos denominados políticos profissionais. (FAGUNDES, 2010, p.01).

A Primeira República termina com forte insatisfação da camada urbana de classe média, que viu seus interesses políticos serem desfeitos ao desenrolar da chamada Revolução de 1930<sup>10</sup>, onde um político marginalizado geograficamente e desprezado dos interesses políticos/econômicos das classes cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais, Getúlio Vargas, assume a presidência com o apoio militar para a derrubada do então presidente Washington Luís, pertencente a elite paulista.

### Os movimentos de esquerda: a criação de partido de esquerda significativo

Ao assumir a segunda República, Getúlio Vargas criou mecanismos de governo onde expandiu seus domínios políticos, e desenvolveu projetos voltados à população anteriormente não atendida pelos governos da Primeira República, visto que, boa parte de suas ações beneficiavam trabalhadores urbanos e o desenvolvimento da industrialização e seus antecessores eram totalmente voltados à interesses da economia cafeeira. Bresser Pereira (2014) destaca em sua obra que a principal “carta” que Getúlio tinha na mão implicava em oferecer o desenvolvimento nacional através da produção e eficácia que essas categorias poderiam oferecer para uma Revolução Nacional (pp.111). Isso calha pelos “setores sociais emergentes se associarem a parcelas da aristocracia em declínio” (BRESSER-PEREIRA, 2014, pp.111).

A partir da Revolução de 1930, o Governo fez alianças com os tenentes aproveitando que esses grupos e parte dos operários haviam lutado contra os hábitos políticos da República Velha, como a distribuição de cargos públicos entre os amigos e a proteção política para a conquista de favores pessoais (CHACON, 1981, pp. 117).

Getúlio Vargas então se consagra com essa nova conciliação com o povo e consegue a seu favor negociar e ganhar mais força política, criando ministérios e tirando forças dos Estados – principalmente de SP e MG, os quais perdem sua autonomia – e ganhando o apoio popular com a criação dos direitos trabalhistas e regulamentação dos sindicatos.

---

<sup>10</sup> Segundo Fausto (1998), a Revolução de 1930 eclodiu diante do grande descontentamento da população de classe média brasileira, levando em conta a crise econômica que abateu o mundo no ano de 1929. Com o apoio de várias áreas do Exército que também seguia descontente com as políticas praticadas pelo então governo, Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições de 1929, alia-se a outros políticos de oposição e inicia uma marcha até a cidade do Rio de Janeiro buscando a deposição do então presidente Washington Luís. Com o apoio popular e militar, o levante se deu vitorioso, com a deposição do presidente e a entrada da junta militar no comando do país até a chegada de Getúlio Vargas ao palácio do Catete no Rio de Janeiro. Ainda para Fausto (1998, p.325), a Revolução de 1930 não foi feita pela classe média pois ela era em demasiado heterogênea.

Essa retirada de direitos das oligarquias cafeeiras causou um enorme descontentamento das elites trazendo força aos movimentos contrários ao governo Vargas principalmente na cidade de São Paulo desembocando na chamada Revolução Paulista de 1932<sup>11</sup>. Após o episódio, Getúlio Vargas ameniza o discurso político contrário aos cafeeiros e assim consegue aliados para se manter no governo.

A revolta de 1935, encabeçada pelo PCB não irá conseguir apoio popular devido as ações populistas implantadas por Vargas, mesmo com a derrubada da Constituição Brasileira em 1931, e as mudanças repentinas para a organização do Estado, algo vislumbrado pelo Presidente provisório naquele momento, a criação do DASP<sup>12</sup>.

Em toda a trajetória do governo Vargas, seja no governo provisório ou no seu retorno democrático nos anos 50, a representação de demais grupos socioeconômicos no sistema político aumenta, porém, ficam significativamente isolados os grupos que não fazem parte da oligarquia brasileira. No Decreto de 24 de Fevereiro de 1932, (nº 21.076), o governo admite apenas dois tipos de partidos políticos: Os permanentes, que adquirem personalidade jurídica, e os provisórios, que se formariam à véspera das eleições apenas para disputa-las (CHACON, 1981). Todavia, trata-se de uma manobra a serviço das entidades patrimonialistas, como também cita Vamerih Chacon (1981), “O estamento rumava de novo para o Golpe. Não lhe interessavam correntes populares fortes, nem sequer católicas conservadoras, quanto mais operários socialistas, ou mesmos liberais de classe média. A maré mundial parecia fluir para o fascismo [...] (p.123)”

Para fim de síntese, compreendendo o governo Getúlio Vargas como um todo<sup>13</sup>, o papel dos grupos de trabalhadores começou a se organizar com expressividade. Com o crescente industrialismo brasileiro, a formação e regulamentação dos sindicatos passou a ser crucial para esses movimentos ganharem relevância política. Todavia, havia um dilema: Liberdade sem proteção ou Proteção sem liberdade? José Murilo de Carvalho, em *Cidadania no Brasil* (2002), relata que a maior dificuldade em estabelecer relações com o patronato foi a decisão que os trabalhadores tinham

---

<sup>11</sup> A Revolução de 1932 constituiu, de fato, um importante marco no processo de depuração das elites. As mudanças dela decorrentes fizeram-se sentir inclusive no interior do próprio Exército. Ao mesmo tempo em que projetou o Exército no centro de poder nacional, de maneira mais decisiva do que na Primeira República, o movimento de 1930 expôs uma organização marcada por numerosas clivagens. Foi diferenciada a participação de diversos escalões hierárquicos no movimento: a maioria da oficialidade não aderiu, e a minoria que aderiu era composta, predominantemente, de segmentos inferiores da oficialidade. (PANDOLFI; GRYNSPAN; p. 11).

<sup>12</sup> Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Órgão público do governo federal brasileiro, criado pelo decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas (período do Estado Novo). Fazia parte de um esforço de reforma na administração pública com o objetivo de reformar a máquina pública, criando conselhos e fornecendo dados para melhorar a eficiência do funcionalismo público.

<sup>13</sup> Governo provisório (1930-1934), Governo Constitucionalista (1934-1938), Estado Novo (1937-1945).

que resolver como organização, ou seja, necessitavam primeiro ter pautas em comum para reinvidicação.

Como o governo getulista oferecera um forte protecionismo, a consequência que girava em torno dos trabalhadores poderia causar mais danos caso eles decidissem atuar para obter novos ganhos políticos, com isso, o apoio do Estado e os privilégios do sindicalismo se tornaram elementos de difícil recusa (pp. 118). Dessa forma, apesar de surgir grandes organizações partidárias, o operariado escolheu não enfrentar o estado quando visualizado em panorama geral.

Segundo Capelato (1997), os trabalhadores viam em Getúlio Vargas uma imagem paternalista, benevolente, dentro desse imaginário o trabalhador se sentia impedido de questionar as políticas empregadas pelo Estado em relação aos trabalhadores. Dessa maneira tem se a impressão de que no período do Estado Novo não houveram lutas operárias ou vozes dissidentes em relação a política trabalhista de Vargas, o que não é verdade.

Apresentando apenas os principais ensejos que ocorrera neste período Getulista indo até a quarta república, temos um marco histórico no Estado Novo<sup>14</sup>: a extinção dos Partidos Políticos. A proliferação de partidos até 1937 servia demasiadamente para dar uma aparência de legitimidade às candidaturas, ocasionando um puro *oligarquismo*<sup>15</sup> ao perfil dos candidatos, ou seja, com objetivo meramente eleitoreiros ao invés de atuar como forma de organização dos setores da população. Isso fazia com que partidos dos quais trabalhadores estavam envolvidos, pouco conseguiam ocupar cargos eletivos no legislativo e executivo<sup>16</sup>. Apesar do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha grande participação de figuras importantes entre seus filiados e fundadores, pouco conseguia pleitear cargos, dos quais restavam apenas para a elite partidária. Após a refundação do Partido, que viveu na ilegalidade durante o Estado Novo, a organização inicia uma “valorização democrática”, assim chamado por eles na associação com a burguesia nacional, que tanto hesitara até 1954.

O início da quarta República foi também o surgimento de uma virada de página na política brasileira. Com a reinstalação da justiça eleitoral diversos partidos políticos surgem com o ensejo de transformar o país a partir de uma nova constituição. Partidos com a UDN, O PTB e o PSD

---

<sup>14</sup> O período denominado Estado Novo, compreende os anos de (1937-1945), caracterizando um regime de centralização do poder na figura do presidente. Getúlio Vargas, aplicou o golpe do Estado Novo embasado no terror comunista implantado no país já alguns anos, [...]”Em seu programa de rádio de 10 de novembro, Vargas explicou que o Brasil precisava abrir mão da “democracia dos partidos” que “ameaça a unidade pátria”. Descreveu o Congresso como um “aparelho inadequado e dispendioso”, cuja manutenção era “desaconselhável”. O Brasil não tinha alternativa se não instituir um “regime de paz, justiça e de trabalho”. (SKIDMORE, p.61).

<sup>15</sup> Termo cunhado pelo autor.

<sup>16</sup> *Ver a teoria em: Sociologia dos Partidos Políticos*, Robert Michels (1914).

começam a se transformar em organizações de grupos populares. O PCB, agora legalizado tenta expandir sua ideologia nacionalmente.

Dois partidos marcaram tal momento devido ao forte envolvimento com o trabalhador. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) consegue aliar ao seu aspecto político a maior quantidade de grupos de operários, sindicatos e organizações de uma esquerda nacionalista, contudo, não tinham um horizonte de uma revolução socialista, apenas nacionalista getulista. Tal como o PCB, que após sua fundação teve intelectuais a frente do partido, nomes que dispensariam mais tarde apresentações, como Caio Prado Júnior e Mário Schenberg, o PTB também tinha intelectuais que começavam a analisar os movimentos políticos.

Podemos enfatizar que o PCB, principal partido da esquerda da época, foi precursor de uma cultura socialista de fazer política, pois anteriormente a 1922, não houve nenhum movimento partidário que tivesse alguma significância na representação partidária, dado também o contexto histórico brasileiro. O PCB, em sua atuação também intelectual, traz novos olhares oriundos de países europeus, principalmente encabeçado por partidos alemães, que no início do século XX já debatia uma organização estrutural partidária de massa. Essa cultura socialista trouxe como exemplo, os votos de pauta via maioria na agremiação e alinhamento de objetivos políticos. Diferente dos partidos de quadros, que tinham suas decisões tomadas por uma cúpula oligárquica de dirigentes (MICHELS, 1914).

Apesar de sua cassação do seu registro em 1947, o PCB continua atuando por meio de outras formas políticas, como congressos, debates e reivindicações. A agremiação é vista por meio de uma visão historiográfica com fortes mudanças de posições e lados. Um bom exemplo seria após o VII Congresso da Internacional Comunista, da qual o partido deixa uma orientação mais ferrenha e se alia aos militares (ERBERELI JÚNIOR, 2012).

Outro contraponto seria que a organização partidária não teve um diagnóstico institucionalista na visão democrática contemporânea. Na realidade havia duas visões fortes no partido, a Marxista de Caio Prado Júnior de um lado e a econômica de Alberto Passos e Nelson Werneck, essa última, mais contextual. A questão se resume que o partido tinha uma visão de que o Brasil ainda era uma ex-colônia reprimida a interesses imperialistas e também hora ou outra havia como aliado algumas alas da burguesia nacional (ERBERELI JÚNIOR, 2012).

Já o PTB de 1945 a 1964, foi o partido que mais cresceu. Criado também por Getúlio Vargas e Alexandre Marcondes, o partido recebe os filiados dos quais mais impetrou beneficiar quando no poder, os trabalhadores. Já em 1946 o partido consegue 22 deputados federais e em

1962 eleva para 116. Com o PCB não é diferente, uma vez que na quarta república atinge a marca surpreendente de 200 mil filiados em 1947, e elege sua principal figura ao cargo de senador, Luiz Carlos Prestes.<sup>17</sup>

Dentro da nossa jovem república, outros governantes tiveram seu papel considerável na criação de uma cultura política de massas, um dos exemplos mais expressivos no que tange a políticas sociais foi João Goulart, presidente do Brasil nos anos de 1961 a 1964. Segundo Toledo (2004), na concepção das elites seu governo foi de perdição para o país, considerando suas políticas subversivas e comunizantes. Já na visão dos esquerdistas ainda existe muita disparidade em relação às ações de Goulart, porém, como salienta o autor, nesse período houve a concordância de que houve muita movimentação dos setores sociais.

Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o *alargamento da democracia política* e a *realização de reformas do capitalismo brasileiro*. (TOLEDO, 2004, p. 15).

Para Toledo (2004), nos anos de 1961-1963 o sindicalismo brasileiro teve um dos seus momentos mais intensos com a deflagração de inúmeras greves e paralisações. Porém, diante de diversas situações que colocaram Jango em difícil situação de governo, o golpe de 1964 se fez, "[...] Embora não se opusessem ao governo, os setores populares e os trabalhadores nada fizeram para evitar a derrubada do governo [...]" (TOLEDO, 2004, P.24).

### **Por que o PT é diferente de outros partidos de massa esquerda?**

O que se busca agora não é apenas mostrar os efeitos do governo sobre os movimentos de massas, mas sim diferenciá-lo dos demais. Para responder a essa questão é preciso primeiro partilhá-la em três partes. A primeira tem origem em sua fundação; A segunda em sua organização partidária, e a terceira em suas coalizões.

Sua história inicia na agremiação de trabalhadores e militantes compreendendo que o cenário dos militares no poder tinha apenas a preocupação de governar. Pode-se parecer antagônico,

---

<sup>17</sup> Dados cedidos pelo TSE.

porém isso ocorre pela organização, ou seja, o PT se funda nessa época, e não por tentar se impor institucionalmente, já que na época do regime militar só dois partidos estavam aptos a concorrerem as eleições.

Em um enfoque *Duverginiano*, numa ótica organizacional, o PT se estrutura em meio aos seus trabalhadores, diferente do PDT e PDS, que foram grandes partidos de massa mas dependeram de uma estruturação já institucionalizada de alguns políticos ou classe (CHACON, 1981). Essa diferença é fundamental para compreender que o PT nasce das massas e se torna um partido estruturado como consequência de sua abertura política em torno dessa massa como confirmado pelo seu viés histórico.

Em 1978, os operários das metalúrgicas, indústrias automobilísticas e fábricas de couro iniciam uma jornada que levaria a formação do Partido dos Trabalhadores. Sua fundação ocorre de forma diversa de outros partidos de massa (REIS, 2007, pp.1). Ganhando rapidamente a vontade dos líderes sindicais em renovar um novo modelo de partido, o PT tem como seus principais líderes os próprios trabalhadores: Luis Inácio Lula da Silva, José Cicote, Henos Amorina, Presidentes dos sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros; Jacó Bitar, dos petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos Bancários de Porto Alegre, entre outros. A Direção da organização petista se tornara distinta, pois se contrapõe a tradição de partidos liderados por intelectuais ou oligarcas, falando em nome dos trabalhadores e para os trabalhadores (REIS, 2007, pp. 2). Nesse eixo, vemos o primeiro facilitador, da qual não foi impedido por um governo, considerado por alguns, o máximo da oligarquia, os anos iniciais do regime militar repressivo. A economia e a urbanização organizada facilitam a formação de grupos (AMARAL, 2011).

Sobre sua organização partidária, em Entrevista à revista acadêmica da Unisinos (Instituição de ensino superior em São Leopoldo), Raquel Meneguello, Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp, diz que o Partido dos Trabalhadores traz uma nova proposta política ao cenário brasileiro:

Foram duas as principais novidades: o seu projeto político, que considerava a construção do socialismo no âmbito da institucionalidade democrática, e sua proposta de organização interna partidária, fundada em procedimentos participativos e de aproximação das bases e instâncias diretivas do partido (MENEGUELLO, s/d).

A primeira comissão provisória exerceu um papel fundamental na trajetória do PT. Sendo dispare no panorama dos partidos de massa, os líderes do PT formado por trabalhadores, estavam dispostos a fazer concessões para conseguir abrir a organização a diversas formações da esquerda e

**TRAJETORIA HISTORICA PARA O SURGIMENTO DE UM PARTIDO DE MASSAS NO BRASIL: as 117 regras institucionais que moldaram os movimentos** | Luan O. Lima Azevedo | Jessica Leme Santos

de trabalhadores. Buscavam um ideal comum de forma que incluísse todos os grupos, escolhendo por dialogar, ao longo de todo seu processo de construção, com partidos e políticos que compunham a esquerda brasileira. Soma-se a isso, legitimar as instituições democráticas, foi uma ferramenta para dar impulso e conseguir novos adeptos que já pertenciam ao meio político.

O PT originou no Brasil um novo tipo de organização partidária. Estudos de diversos autores demonstraram que sua base de filiados e política institucional respondiam a novas formas de organização do partido (AMARAL, 2003; SAMUELS, 2004; PALERMO, 2005; HUNTER, 2007; 2010). Em sua história, para nacionalizar e expandir o partido, a direção petista procura reduzir suas barreiras de inclusão e nos custos de participação na vida da agremiação (AMARAL, 2007), nesse caso, o que mais chama atenção para o quesito participativo são os mecanismos de deliberação, deixando de lado práticas clientelísticas e demonstrando maior igualdade entre seus filiados, diferente dos partidos de quadros. A sua formação e liderança partidária, como muito estudada, foi talvez a primeira que não nascera de uma elite, apenas ganhou apoio dos intelectuais na época. Assim, podemos resumir que o PT não cria uma distância tão significativa de seus movimentos e ainda consegue dialogar com as políticas institucionais.

### **Considerações Finais**

Ao longo das páginas desse trabalho, propusemos apresentar em diversos momentos da história da política Brasileira enfocando a formação dos movimentos políticos e suas barreiras que continham suas forças, principalmente ligadas ao estado. A literatura, principalmente no que se refere ao campo da sociologia política, costuma tratar como obstáculo apenas o fator oligárquico. Entendemos aqui que essa barreira foi um grande impedimento para a formação, principalmente quando falamos do período Getulista em diante, da qual já havia uma economia brasileira mais desenvolvida. Como pudemos ver, houve outras barreiras que também dificultaram uma formação de um partido de massa.

No que se refere aos obstáculos, a narrativa mostra diversas dificuldades que estavam presentes:

No Império e até início da Primeira República a maioria dos trabalhadores eram rurais, dificultando a distância entre eles. Outro fator é que não havia órgãos locais que formassem as regras institucionais. Podemos resumir que os donos da terra e rentistas era a lei local, não existindo brechas para que os trabalhadores se unissem. Outro fator era a desinformação, tanto por parte do

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA PARA O SURGIMENTO DE UM PARTIDO DE MASSAS NO BRASIL: as 118 regras institucionais que moldaram os movimentos** | Luan O. Lima Azevedo | Jessica Leme Santos

Estado que não oferecia educação básica, e a consequência era uma população que em sua maioria era formada por analfabetos. EM outras palavras, não devemos mencionar essa parte, pois não há economia desenvolvida nesse século, tal como exemplificado na introdução desse texto com o Ludismo.

Observa-se que os primeiros movimentos grevistas surgiram juntamente com a primeira onda de industrialização que o Brasil passava. Agora com os trabalhadores reunidos, a troca de ideias surtiram a formação das primeiras greves. A informação dos jornais que já circulavam nos grandes centros fabris colocou mais combustível para que os trabalhadores entendessem o governo e patronato e tentassem se organizar para exigir melhorias sociais.

Da segunda república, passando pelo Estado Novo, até o pós Guerra, que devolveu certa normalidade as instituições brasileiras, já estava estabelecido regulamentações dos movimentos. Isso porque, tanto os sindicatos como os partidos, na quarta República, puderam se organizar e nacionalizar seus movimentos erguendo bandeiras ideológicas.

Com base no histórico dos movimentos políticos, podemos ressaltar que quando não houve obstáculo imposto pelo Estado e sim uma abertura para todas as categorias terem representação política, sem que a oligarquia impusesse sua força política e econômica e expandisse seus poderes para o poder público, os movimentos de massa conseguem se organizar e expandir suas ideias. Diferente do que ocorrera anteriormente a extinção dos partidos em 1937, da qual os candidatos em sua maioria representavam partidos que não visavam bandeiras ou categorias de representação em comum, os chamados partidos de um só, os movimentos de massa e partidos de massa se tornam “único” por se agrupar por bandeiras em comum, ou seja, os fortes vínculos são mantidos pelos objetivos e relação entre os membros partidários.

## Referências Bibliográficas

AMARAL, O. E. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçonni, 2003.

\_\_\_\_\_. Ainda conectado: O PT e seus vínculos com a sociedade. *Opin. Pública*, vol.17, Nº1 Campinas. Junho de 2011.

BASILE, Marcello. *Perspectiva da Cidadania no Brasil Império*. Editora Civilização Brasileira. Org. José Murilo de Carvalho e Adriana Campos. Rio de Janeiro (2011).

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BODEA, Miguel. *A greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. p. 183-191.

BRESSER PEREIRA, LUIZ CARLOS. *A Construção Política do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2014.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. 2. ed. Rio De Janeiro: Relume Dumara, 1996. v. 1. 435p.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. 2ª ed. (1981). Editora Universidade de Brasília.

DA MATTA, Roberto. A Família como Valor: Considerações não-familiares sobre a família à brasileira. 1978. IN: ALMEIDA, Ângela Mendes de. *Pensamento a família no Brasil*. RJ, Espaço e Tempo. Ed. UFRRJ, pp. 115-136.

DANNEMANN, Fernando Kitzinger. 1917: greves operárias. São Paulo. 2013. Disponível em: <http://www.efecade.com.br/1917grevesoperarias>

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Coleção: Pensamento Político; 13. Editora: UNB Universidade de Brasília. Ano: 1980.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico*, n° 108, Maio, 2010. Disponível em : <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9223/5604>

FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa*. Zahar Editores, 1975.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Lisboa, Livros do Brasil, 1957.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 262 p.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O espírito da revolta (a greve geral anarquista de 1917) / Campinas, SP: [s.n.], 1996. Disponível em: <http://migre.me/w39BL>.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A Velha Arte de Governar: O Conselho de Estado no Brasil Imperial. Revista: *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, pp. 178-221.

MENEGUELLO, Raquel. PT: 30 anos de história. Entrevista especial com Rachel Meneguello. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=45255> Acesso em: 05 de fevereiro de 2017

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Corcundas e Constitucionais: A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003. FAPERJ, 480 pp.

OLIVEIRA, R. C.. Na Teia do Nepotismo. *Sociologia Política das Relações de Parentesco e Poder Político no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Insight, 2012. 272p .

PANDOLFI, Dulce Chaves. GRYNSZPAN, Mário. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: A depuração das elites. *Revista de sociologia e política* n° 9 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. (SD). *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense/Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas. 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticas/files/daniel4.pdf> Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

SANTA ROSA, Virgílio. O sentido do Tenentismo. 3º ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SILVA, Luiz G. Gênese da Milícias de Pardos e Pretos na América Portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, Séculos XVII e XVIII. *Revista de História de São Paulo*, Nº169, p. 111-144, julho/dezembro 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rh/n169/0034-8309-rh-169-00111.pdf> . Acesso em: 19 de Dezembro de 2016.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 - 2004

URICOECHEA, Fernando. (1976). *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado Patrimonial Brasileiro no Século XIX*. São Paulo: Difel.

#### COMO REFERENCIAR ESTE TEXTO

AZEVEDO, Luan O. Lima; SANTOS, Jessica Leme. Trajetória histórica para o surgimento de um partido de massas no Brasil: as regras institucionais que moldaram os movimentos. *Revista Café com Sociologia*. v.6, n.3, p. 102-121, 2017.

*Recebido em: 02 de nov. 2017*

*Aceito em: 08 de fev. 2018*